

Acordo para rolagem da dívida do Rio será mais duro do que estado esperava

Taxa de juros sobre parcela não coberta com ativos será de 7,5%, e não de 6%

Dívida Pública

Gustavo Miranda

• BRASÍLIA. O acordo para renegociação da dívida do Rio será assinado na próxima quarta-feira, mas acabou sendo mais duro do que o Governo estadual esperava. O Governo federal não abriu mão do aumento da taxa de juros sobre a dívida restante, caso não consiga recursos suficientes para pagar à vista 20% do débito de R\$ 11,3 bilhões. O Governo do Rio queria que a taxa de juros mais alta incidisse apenas sobre a parcela dos 20% para as quais o estado não conseguisse ativos.

O protocolo de renegociação da dívida abre caminho para privatizar o Banerj. Segundo o secretário de Planejamento do Rio, Marco Aurélio Alencar, o edital de venda do banco deverá ser publicado no fim do mês, ressaltando que a data marcada para o leilão só será cumprida se até lá a Assembleia Legislativa e o Senado aprovarem o acordo. O protocolo deverá ser assinado na quarta-feira, no Palácio Guanabara.

O acerto prevê que, se o estado tiver apenas 10% do total, pagará juros de 7,5% ao ano sobre os 90% do débito que serão rolados — e não 6%, como vem sendo negociado com outros estados. Esse aumento na taxa de juros equivalerá a um gasto extra de R\$ 140 milhões no primeiro ano do acordo com o serviço da dívida.

O Rio também perdeu na negociação do percentual de comprometimento da receita para pagar



O SECRETÁRIO-EXECUTIVO da Fazenda, Pedro Parente, e Marco Aurélio: caminho aberto para privatizar o Banerj

as dívidas. Marco Aurélio queria que o percentual, hoje em 8%, subisse gradualmente até alcançar o teto de 13% estabelecido para os outros estados. Mas o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, exigiu que começasse em 11,5%, como acertado com os governadores que já rolaram as dívidas estaduais.

— Foi um acordo duro para o Rio, que vai nos obrigar a um esforço grande de ajuste. Mas acho que este é o caminho — afirma Marco Aurélio.

Os principais ativos oferecidos pelo Governo estadual com a venda do Banerj equivalem a cerca de R\$ 500 milhões. A carteira imobiliária do banco — que tem créditos do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) — e moedas de privatização também serão usadas como pagamento, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão. A dívida do Rio será paga em 30 anos com correção pelo IGP-DI, além de taxa de juros a ser determinada.

Para o Ministério da Fazenda, o

Governo estadual tem feito grande esforço para pôr a casa em ordem. Conseguiu reduzir despesas com pessoal e custeio e privatizou várias empresas. Apesar disso, o estado ainda gasta com o funcionalismo 80% do que arrecada, o que dificultou a negociação. Outro ponto difícil foi a negociação da dívida de aproximadamente R\$ 1 bilhão, relativa à venda da Previ-Banerj. O rombo no fundo de pensão dos funcionários do Banerj teve que ser incluído no total da dívida do estado. ■